

## ATA NÚMERO 32/XIV/1.ª

M

Aos 23 dias do mês de junho de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura e Comunicação, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### I PARTE

Audiência ao Movimento Juntos pela Arte Circense, para dar a conhecer a situação de total precariedade e emergência económica em que se encontra a grande maioria destes artistas, deixados de fora de qualquer tipo de apoio estatal.

Audiência à Associação de Desenvolvimento Local ADICES, para apresentação da associação que tem como objetivo primordial contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento da sua zona de intervenção e da qualidade de vida das comunidades residentes nesses territórios.

### II PARTE

1. Informações.
2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 16 e 18 de junho de 2020.
3. Apreciação e votação do parecer do Projeto de lei n.º 342/XIV/1.ª (PCP) - Medidas excecionais e temporárias de apoio ao sector da comunicação social, nomeadamente para as rádios locais, imprensa local e regional, LUSA - Agência de Notícias de Portugal e RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA, e de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do sector:

Deputada Relatora: Carla Borges (PSD)

4. Discussão na especialidade do [Projeto de resolução n.º 64/XIV/1 \(N. Insc\)](#) - Concessão de Honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes.
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Associação de Desenvolvimento Local ADICES e do Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, sobre a criação do Museu Salazar em Santa Comba Dão.
6. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 95/XIV/1.ª](#) — Abertura das Escolas de Dança – apoios e medidas:

Deputado Relator: (PSD)

7. Outros assuntos.

---

## I PARTE

**Audiência ao Movimento Juntos pela Arte Circense, para dar a conhecer a situação de total precariedade e emergência económica em que se encontra a grande maioria destes artistas, deixados de fora de qualquer tipo de apoio estatal**

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, deu as boas-vindas aos representantes do Movimento Juntos pela Arte Circense, Maria Pilar Cardinali, Luisa Noronha Roque, Saulo Wilson Roque Torralvo e Dirce Noronha Roque, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra a Dirce Noronha Roque para fazer uma intervenção inicial, que pode ser consultada na página da Comissão.

Uso também da palavra Saulo Wilson Roque Torralvo que disse ser também artista de circo, mais precisamente contorsionista desde os seus 6 anos de idade, tendo trabalhado em vários

pontos do País, onde não se sente minimamente apoiado, e também frequentemente no estrangeiro, onde é de facto mais fácil encontrar trabalho para exercer a sua arte. Referiu também que como mais tarde quer ter uma velhice digna e no seu país isso é praticamente impossível, sente-se muitas vezes obrigado a fugir para o estrangeiro, algo que não queria nem desejaria fazer mas a isso é obrigado na medida em que a atividade circense não é minimamente regulamentada no nosso país, não existem contratos de trabalho nem quaisquer tipos de apoios.

O Senhor Deputado Bruno Aragão (PS) falou da distinção entre o apoio que é dado ao circo e os apoios que são dados a este topo de profissionais. Relativamente ao apoio ao circo, os representantes do Movimento sinalizaram muito bem as dificuldades que encontraram no último concurso de apoio às artes na medida em que apenas se encontrava previsto o apoio ao circo contemporâneo, dificultando assim o acesso a esses apoios ao circo tradicional. Em relação à dificuldade que os artistas do circo tradicional encontram junto das empresas com quem podem trabalhar na medida em que nem sequer são considerados trabalhadores, contratados ou prestadores de serviços, o que vai ter efeitos mais tarde na história contributiva de cada artista. Uma outra questão tem a ver com o desgaste rápido dos artistas do circo tradicional e daí ser necessário criar um modelo de apoio a estas atividades e que incorpore todas as preocupações dos artistas do circo tradicional

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) começou por assinalar a solidariedade do Grupo Parlamentar do PSD pela situação em que se encontram atualmente os artistas do circo tradicional. Relatos que todos tiveram oportunidade de conhecer pelos relatos feitos por estes artistas quanto à situação em que se encontra o circo tradicional. O Grupo Parlamentar do PSD entende que esta «xenofobia» cultural, esta indiferença, este esquecimento, este tratar o circo contemporâneo de uma forma e esquecer totalmente o circo tradicional não tem razão de ser nem tem cabimento. Daí o Grupo Parlamentar do PSD defender que, no âmbito da política cultural do Ministério da Cultura, tem de terminar esta política do gosto que está dependente dos gostos de quem está à frente da tutela. Nesse sentido, é preocupante não só a condição laboral de todos estes artistas mas também a falta de apoios durante a pandemia, pelo que o Grupo Parlamentar do PSD tudo fará para que junto do Ministério da Cultura possam existir apoios para quem pratica e exerce a atividade circense tradicional e tratar da questões

relacionadas com a carreira e da atividade contributiva de todos estes artistas, prevenindo que no futuro este tipo de situações como a pandemia voltem a afetar a atividade do circo tradicional e que esta uma politica cultural que não trate uns como amigos vetando outros à indiferença e ao esquecimento, fazendo uma graduação entre aquilo que é arte e aquilo que não é arte. Terminou a sai intervenção perguntou e o Movimento já tinha sido recebido pelo Ministério da Cultura, e, se sim, qual foi o contributo dada para aquilo que são as reivindicações do Movimento; se já foram recebidos pela Direção-Geral das Artes para que a atividade e a carreira dos artistas do circo tradicional possa por fim ser reconhecida e regulamentada.

A Senhora Deputada Beatriz Gomes dias (BE) disse que o Grupo Parlamentar do BE tem acompanhado a situação em que se encontra o circo tradicional, tendo, inclusivamente, dirigido uma pergunta ao Ministério da Cultura para procurar saber a razão porque os trabalhadores do circo tradicional não tinham sido apoiados pela linha de apoio da COVID 19, mas até ao presente não obteve qualquer resposta. Nesse sentido, perguntou se o Movimento já tinha sido recebido pelo Ministério da Cultura e se já houve alguma resposta para que esta atividade possa ser integrada na linha de apoio e se houve alguma abertura para que se possa candidatar aos apoios. Quanto ao apoio social e à precaridade laboral resultante da inexistência de contratos de trabalho, de não haver uma regulamentação da atividade e a falta de um estatuto quais os aspetos que o Movimento considera relevantes que possa ser contemplados nu futuro estatuto do trabalhador do circo tradicional , protegendo as características da própria profissão como o desgaste rápido e as doenças profissionais resultantes dessa atividade, as especificidades das tarefas que cada um exerce, quais a características que podiam e deviam ser definidas para esta profissão tendo em conta o eu desgaste rápido, a sazonalidade da própria profissão, a sua reforma e as situações de baixa médica por doença profissional.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) agradeceu o testemunho dado, que é muito útil para ajudar a perceber bem a realidade em que vivem e que nenhum relatório consegue ilustrar. O Grupo Parlamentar do PCP já abordou diversas vezes a situação em que se encontram estes artistas do circo tradicional, inclusivamente em audições regimentais com a Senhora Ministra da Cultura, sendo de facto necessário acabar com esta ostracização que existe em relação ao

circo tradicional, havendo inclusivamente municípios que não facilitam a vida à atividade circense. A arte circense tem a uma vertente contemporânea e tradicional, mas a verdade é que não são antagónicas e têm uma raiz comum, ambas têm expressões artísticas próprias e todas tem de ter o seu espaço. Há situações diferenciadas, por um lado, uma situação que tem a ver com a natureza das empresa circense que são na maioria dos casos de natureza familiar tendo pois a questões laborais um enquadramento muito específico e depois a visão dos trabalhadores que não têm uma carreira contributiva, que só muito dificilmente tem acesso às prestações sociais, que têm uma carreira contributiva irregular e que vão receber reformas muito baixas, e que quando surgem situações imprevistas como é o caso da situação de calamidade em que vivemos não têm quaisquer apoios. Para o Grupo Parlamentar do PCP ainda vamos a tempo de corrigir esta situação de emergência, e depois disso trabalhar na questão que tem a ver com o facto de não haver distinção entre o circo tradicional e o contemporâneo para efeitos de concurso de apoio às artes a garantia de uma carreira contributiva respeitando os direitos dos seus trabalhadores. Terminou a sua intervenção sublinhando que o Grupo Parlamentar do PCP está disponível para ajudar a encontrar uma solução que dê resposta aos problemas que foram aqui abordados.

A Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN) sublinhou que a pandemia deixou bem evidente a falta de apoio existente para os artistas em geral, e quanto a alguns segmentos em particular, designadamente em relação aos artistas de circo, que têm sido ao longo dos tempos muito esquecidos. Para o Grupo Parlamentar do PAN não faz sentido distinguir entre circo tradicional e o circo contemporâneo, que têm de haver apoios para todos estes artistas, estando inteiramente disponível para encontrar soluções que possam dar uma resposta a esta situação de emergência. Perguntou também se conseguiram ter acesso aos apoios destinados aos profissionais liberais. Como neste momento o circo pode já trabalhar, perguntou se os municípios têm autorizado ou não a realização deste tipo de espetáculos.

Os representantes do Movimento Juntos pela Arte Circense responderam no final às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audiência, agradecendo os esclarecimentos prestados.

A gravação áudio da audiência pode ser consultada [na página da Comissão](#) na *internet*.

**Audiência à Associação de Desenvolvimento Local ADICES, para apresentação da associação que tem como objetivo primordial contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento da sua zona de intervenção e da qualidade de vida das comunidades residentes nesses territórios**

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, deu as boas-vindas aos representantes da Rede de Centros Interpretativos ligados à História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo, Leonel Gouveia, Presidente da Direção da ADICES, e João Figueiredo, Coordenador Executivo da ADICES, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor João Figueiredo para a intervenção inicial, que pode ser consultada na página da Comissão.

A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) que disse que tudo o que foi apresentado é altamente louvável, que a existência de uma rede ancorada num projeto de desenvolvimento territorial não merece a menor dúvida. A sua preocupação é que, tal como disse um dos consultores da Associação, João Paulo Nunes, afirmou que «perante ditadores, de ditaduras que ocorreram há poucas décadas não se fazem casas-museus, a menos que se queira branquear como acontece em outros países». O projeto da rede está em constituição, mas aquilo que vem a público é que o núcleo da rede que está agora a ser criada vai ter o seu primeiro projeto com a criação do centro interpretativo do Estado Novo, sediado na antiga escola da cantina Salazar, que estará pronta muito brevemente ou se, tal como o restante projeto, só estará pronto daqui a dois anos. Daí perguntar se isto é verdade ou mentira. Caso este projeto arranque antes dos outros, tudo passa a ter um significado muito diferente, passa a ser um centro dinamizador de toda a rede, o que não pode ser aceite porque a rede ainda está a ser implementada. O Grupo Parlamentar do PS não parece sensato avançar co a localização deste centro neste local e com este equipamento, que é uma iniciativa imprudente

tanto mais que a nossa atualidade quer nacional quer a nível europeu tem assistido ao crescimento de ideologistas nacionalistas de cariz totalitário e estes espaços são espaços de ideologia e essa ideologia que tem de ser desmontada e explicada em nome dos valores democráticos com uma base científica e tecnológica que faça jus à natureza e dimensão do projeto.

A Senhora Deputada Carla Borges (PSD) começou por dizer que registou a fase proferida a intervenção inicial pelo coordenador executivo da Associação «É claro que nós sozinhos podemos percorrer um caminho, mas se o percorrermos juntos certamente chegaremos mais longe». Disse que pensa que este foi o motivo e o mote do projeto apresentado pela Associação e que tem a ver com a criação de um conjunto de centros interpretativos, o que pode permitir que a região como um todo possa ir mais longe e não apenas trilhar um caminho e trazer uma riqueza para o território e às suas gentes e levar aquilo que é rico desse território para fora. O Grupo Parlamentar do PSD registou as preocupações manifestadas e as declarações proferidas quanto à importância e aos cuidados que estão a ter na elaboração deste projeto e quanto ao facto dele não se poder revestir de um carácter ideológico. Por último, registou a importância que tem para todos nós a salvaguarda daquilo que é o interesse comum dos valores da democracia e acima de tudo do bom senso na resolução de todas as questões e na tomada de iniciativas. Disse que o Grupo Parlamentar do PSD entende que em relação a este tipo de matérias todo o cuidado é pouco e que nos devemos munir de todas as ferramentas necessárias para se poder ajuizar e tomar uma boa decisão e foi essa a razão que levou à apresentação de requerimento para solicitar a audição da Associação a que presidem para nos poderem explicar aquilo que são as intenções da Associação a que presidem. Como entretanto solicitaram uma audiência à Comissão, o requerimento apresentado perdeu o seu sentido e daí considerar que o mesmo se encontra prejudicado.

A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) começou por perguntar como é que possível construir espaços não ideológicos. Considera que a ideologia é algo que se expressa em todas as situações e em todos os espaços e parece que é tentar naturalizar o que não pode ser naturalizado, tentar naturalizar períodos da nossa história que foram muito violentos para a população portuguesa e africana que vivia nos territórios ocupados por Portugal. Dizer que se vai construir este espaço não ideológico quando precisamente esses espaços vão abarcar uma

ideologia de opressão que foi exercida sobre a população portuguesa e africana. Nesse sentido, disse que gostava que lhe explicassem como é que esta ideia de que existam espaços não ideológicos pode ser articulada com valores humanistas e democráticos. Esta narrativa construída quanto à isenção e neutralidade histórica que perpetua determinadas formas de discriminação e enquanto comunidade nós não podemos estar em contraciclo relativamente à discussão ampla que tem sido travada e que inclua diversos pontos de vista a fim de criar a estrutura que tem sido mais divulgada neste projeto e que tem a ver com a criação de um espaço onde se vai criar um centro interpretativo que procura neutralizar um período histórico desfazendo o que foi o Estado novo do que foi uma ditadura.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) disse que o Grupo Parlamentar do PCP concorda que devemos ter um país mais harmonioso territorialmente e em que sejam combatidos os desequilíbrios. Agora nunca poderá ser o interesse turístico e económico a alicerçar como justificação principal de um projeto desta natureza. A intenção até pode ser boa, mas o problema é a realidade que vivemos e o momento histórico em que nos encontramos e também a história de 20 anos do processo de constituição desta Associação. O problema é a garantia que não nos podem dar do que vai ser feito a propósito deste projeto, com estes contornos por forças reacionárias, de extrema direita e fascistas eu têm andado já nas redes sociais a manifestar a sua felicidade quanto à criação deste projeto, lembrando, a este propósito, os acontecimentos ocorridos em Santa Comba Dão em 2007. Por muito bem intencionado que possa ser o projeto, é desta realidade histórica, é deste o contexto, do local, dos antecedentes e isso não é higienizável ideologicamente e não há neutralidade possível. Não se trata de erigir um memorial dedicado às vítimas do fascismo mas., sim, de um projeto que acarreta consequências extremamente negativas e para isso o Grupo Parlamentar do PCP não quer contribuir.

Leonel Gouveia respondeu no final às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audiência, agradecendo os esclarecimentos prestados.

A gravação áudio da audiência pode ser consultada [na página da Comissão](#) na internet.

## II PARTE

### 1. Informações

A Senhora Presidente informou da baixa à Comissão de Cultura e Comunicação do **Projeto de resolução n.º 523/XIV/1.ª** (PSD) — Alargamento da oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre (TDT) —, tendo o Grupo Parlamentar do PSD transmitido que a discussão desta iniciativa seria feita em Comissão.

Ainda no âmbito deste ponto, a Senhora Presidente deu ainda conta que a audição regimental da Senhora Ministra da Cultura e a audição a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP sobre a situação na Casa da Música teria lugar no dia 30 de junho, às 14h30.

### 2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 16 e 18 de junho de 2020

Uma vez submetidas a votação, as atas foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP, do CDS-PP e do PAN.

### 3. Apreciação e votação do parecer do **Projeto de lei n.º 342/XIV/1.ª** (PCP) - **Medidas excecionais e temporárias de apoio ao sector da comunicação social, nomeadamente para as rádios locais, imprensa local e regional, LUSA - Agência de Notícias de Portugal e RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA, e de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do sector**

A Senhora Deputada Relatora Carla Borges (PSD) fez a apresentação do parecer, que, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupos Parlamentares do PCP, do CDS-PP e do PAN.

**4. Discussão na especialidade do [Projeto de resolução n.º 64/XIV/1.ª](#) (N. Insc) -  
Concessão de Honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes**

Este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

**5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD,  
para audição da Associação de Desenvolvimento Local ADICES e do Presidente da  
Câmara Municipal de Santa Comba Dão, sobre a criação do Museu Salazar em Santa  
Comba Dão**

Atendendo à realização da audiência efetuada na reunião à Associação de Desenvolvimento Local ADICES, o Grupo Parlamentar do PSD informou a Comissão que considerava o seu requerimento prejudicado.

**6. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 95/XIV/1.ª](#) —  
Abertura das Escolas de Dança – apoios e medidas**

A nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP, do CDS-PP e do PAN, tendo o Grupo Parlamentar do PSD informado que o relator seria o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira.

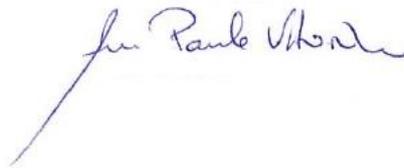
**7. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2020

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(ANA PAULA VITORINO)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de 07 de julho de 2020.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço  
Ana Paula Vitorino  
Beatriz Gomes Dias  
Bruno Aragão  
Cristina Rodrigues  
Fernanda Velez  
Filipa Roseta  
Helga Correia  
José Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Mara Coelho  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Cegonho  
Rosário Gambôa  
Sara Velez  
Sofia Araújo  
Carla Borges  
Cristina Sousa  
Maria da Graça Reis  
Olga Silvestre  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Carlos Silva  
Isabel Lopes  
Luís Capoulas Santos